petência que lhe foi conferida por despacho do presidente da Câmara datado de 30 de Dezembro de 2005, se procedeu à nomeação na categoria de técnico superior de 1.ª classe (engenheiro civil), do grupo de pessoal técnico superior, o candidato Acácio Galrinho Nunes, que obteve a classificação final de 18,47 valores, escalão 1, índice 460, cuja lista de classificação se encontra afixada nos serviços.

O candidato deverá aceitar a nomeação para o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

11 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui Manuel Lince Singéis Medinas Duarte*.
1000304692

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 189

Nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, pelo meu despacho datado de 26 de Julho de 2006, foi renovado, por um ano, o contrato de trabalho, celebrado com esta autarquia e Pedro Miguel Claudino Dias Assunção, fiel de mercados e feiras.

Mais se torna público que o presente contrato objecto de renovação terá o seu término em 25 de Setembro de 2007.

28 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.
1000304707

Aviso n.º 190

Prorrogação do regime de substituição

Para os devidos e legais efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 23 de Junho de 2006, foram prorrogados os regimes de substituição do director de projecto municipal, para o planeamento e gestão das áreas de desenvolvimento turístico, Vítor Manuel da Silva Ramos e do chefe da Divisão Financeira, Ricardo Jorge Mateus Ribeiro, em face de se encontrarem em curso os respectivos procedimentos concursais, tendentes à nomeação de novos titulares.

Mais se torna público que as referidas prorrogações foram efectuadas ao abrigo do n.º 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicado à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

28 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.
1000304709

CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO

Aviso

Engenheiro Vítor Manuel Martins Frutuoso, presidente da Câmara Municipal de Marvão torna público que, pelo município de Marvão foi instaurado um processo disciplinar ao funcionário, João Maria Moura Dias, na categoria de coeiro, por falta de assiduidade. Submetido o processo à entidade competente para decidir, foi-lhe aplicada a pena de demissão, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.

Em conformidade com o estipulado no n.º 4 do artigo 72.º do já citado decreto-lei, o arguido poderá no prazo máximo de 60 dias após a publicação impugná-la ou requerer a reabertura do processo.

9 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Vitor Manuel Martins Frutuoso*.
1000304706

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Aviso n.º 342/2006

Concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário — técnico de artes, comunicação e imagem

Nomeação

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho do vereador com competências delegadas, exarado em 1 de Agosto de 2006, foi nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, com as necessárias adaptações no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, como técnico de artes, comunicação e imagem — estagiário, a candidata classificada em 1.º lugar: Lara Raquel Carvalho de Barros.

Mais se torna público que a referida candidata deverá iniciar funções no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

4 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.
1000304702

Aviso n.º 343/2006

Concursos internos gerais de acesso para provimento de vagas

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho do vereador do Pelouro de Recursos Humanos de 28 de Julho do corrente ano, ao abrigo do disposto no artigo 4.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, decidiu abrir concurso interno geral de acesso para provimento das seguintes vagas:

- Uma vaga de engenheiro civil assessor (C-110/2006);
- Uma vaga de arquitecto principal (C-111/2006);
- Uma vaga de técnico superior de história principal (C-112/2006);
- Duas vagas de técnico superior principal (gestão de recursos humanos) (C-113/2006);
- Quatro vagas de técnico superior de psicologia de 1.ª classe (C-114/2006);
- Seis vagas de técnico superior de serviço social de 1.ª classe (C-115/2006)
- Uma vaga de técnico superior de 1.ª classe (contabilidade) (C-116/2006),

do quadro de pessoal deste município, de acordo com a alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, nos seguintes termos:

Objecto e validade — o concurso visa exclusivamente o provimento das vagas postas a concurso e esgota-se com o seu preenchimento.

Prazo de apresentação de candidaturas — o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis, a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

Métodos de selecção:

1.1 — Para o C-110/2006, constará de prova pública, para a apreciação e discussão do currículo profissional dos candidatos [nos termos do n.º 1 da alínea *b*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro];

1.2 — Para os restantes concursos serão a entrevista profissional de selecção e a avaliação curricular, resultando a classificação final da média aritmética das classificações obtidas em cada método.

2 — A avaliação curricular operar-se-á através da seguinte fórmula:

$$(EP \times 3 + CS + FP + H)/6$$

em que:

EP é a experiência profissional;
CS é a classificação de serviço;

FP é a formação profissional; e
H é a habilitação académica de base.

2.1 — Na avaliação curricular:

a) À experiência profissional (*EP*) serão atribuídas menções qualitativas com a seguinte pontuação:

Muito bom — de 17 a 20 valores;
Bom — de 14 a 16 valores;
Suficiente — de 10 a 13 valores;
Insuficiente — de 0 a 9 valores.

Para a análise da experiência profissional deverão os candidatos elaborar um relatório, em que descreverão sucintamente a actividade por si desenvolvida nos últimos três anos, não podendo exceder três folhas A4, dactilografadas, o qual deverá ser entregue juntamente com a respectiva candidatura ao concurso.

b) A pontuação do factor classificação de serviço (*CS*) é equivalente à respectiva expressão quantitativa, multiplicada por dois (apenas nos serviços onde ainda não esteja implementado o SIADAP), apenas relevando a última classificação de serviço obtida;

c) O factor formação profissional (*FP*) tem a seguinte pontuação:

Nenhuma unidade de crédito — 10 valores;
De 1 a 5 unidades de crédito — 12 valores;
De 6 a 10 unidades de crédito — 14 valores;
De 11 a 15 unidades de crédito — 16 valores;
De 16 a 20 unidades de crédito — 18 valores;
Mais de 20 unidades de crédito — 20 valores.

As acções de formação são convertidas em unidades de crédito de acordo com a tabela seguinte:

Acções de formação	Unidades de crédito
1, 2 dias	1
3, 4 dias	2
5 dias	3
> 5 dias	4

Para efeitos do cálculo do factor formação profissional (*FP*) apenas relevam os cursos e acções de formação frequentados durante a permanência na categoria relacionados com a área do lugar a prover e comprovados mediante fotocópia de certificado ou diploma, que deverão ser apresentadas conjuntamente com o requerimento.

O factor habilitação académica de base (*H*) tem a pontuação equivalente à nota final de curso, acrescida de 1 valor por cada curso de pós-graduação, de 2 valores no caso de mestrado e de 3 valores no caso de doutoramento, até ao limite máximo de 20 valores.

3 — Na entrevista profissional de selecção serão atribuídas, aos candidatos, menções qualitativas com a seguinte pontuação:

Muito favorável — de 15 a 20 valores;
Favorável — de 10 a 14 valores;
Não favorável — de 0 a 9 valores.

3.1 — Serão considerados os seguintes parâmetros: interesse pela função, autodomínio, autoconfiança, influência, trato, capacidade de raciocínio, modo de expressão, apresentação, cultura geral e conhecimentos de informática. Cada parâmetro terá três níveis de apreciação pontuados com 2, 1 e 0 valores, o mais alto, o médio e o mais baixo, respectivamente.

4 — A cotação de cada um dos métodos de selecção variará de 0 a 20 valores, resultando a classificação final da média aritmética.

5 — Composição do júri — o júri terá a seguinte composição:

Concurso 110/2006:

Presidente — professor António Correia Pinto, vereador.
Vogais efectivos:

Engenheiro Joaquim Sousa, director municipal, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e engenheiro Justino Ramalho, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Engenheiro António Machado, director de departamento, e engenheiro Alberto Pais Marques, chefe de divisão.

Concurso 111/2006:

Presidente — professor António Correia Pinto, vereador.
Vogais efectivos:

Engenheiro Joaquim Sousa, director municipal, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e arquitecta Graça Diogo, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Engenheiro António Machado, director de departamento, e engenheiro Alberto Pais Marques, chefe de divisão.

Concurso 112/2006:

Presidente — professor António Correia Pinto, vereador.
Vogais efectivos:

Engenheiro Manuel Orvalho, director de departamento, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª Fátima Pombal, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Dr. Vítor Santos e Dr.ª Lília Prendas, chefes de divisão.

Concurso 113/2006:

Presidente — professor António Correia Pinto, vereador.
Vogais efectivos:

Dr.ª Cristina Andrade, directora de departamento, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª Rute Rijo, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Maria da Glória Mendes, técnica superior principal, e Dr.ª Marta Vasconcelos, chefe de divisão.

Concursos 114/2006 e 115/2006:

Presidente — Dr.ª Luísa Salgueiro, vereadora.
Vogais efectivos:

Engenheiro Manuel Orvalho, director de departamento, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª Lília Prendas, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria José Rodrigues e Dr. Vítor Santos, chefes de divisão.

Concurso 116/2006:

Presidente — Dr. Nuno Oliveira, vereador.
Vogais efectivos:

Dr. Jorge Figueirinha, director municipal, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª Fátima Loureiro, técnica superior de 1.ª classe (organização e gestão).

Vogais suplentes:

Maria Silvia Pinto, técnica superior principal, e Dr. Pedro Carvalho, chefe de divisão.

6 — Legislação aplicável — aos concursos aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na sua actual redacção, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — Candidatos — podem concorrer os técnicos superiores principais, de 1.ª classe e de 2.ª classe, nas respectivas áreas de licenciatura, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — Requisitos gerais de admissão — são requisitos de admissão os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do município de Matosinhos.

9 — Remuneração — os cargos a prover serão remunerados de acordo com o disposto no Sistema Retributivo da Administração Local (anexos ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro).

10 — Formalização de candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em folha de papel normalizado A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos ou enviado pelo correio em carta registada com aviso de recepção para a seguinte morada: Câmara Municipal de Matosinhos, Departamento de Recursos Humanos, Avenida de D. Afonso Henriques, 4450-510 Matosinhos, onde indiquem os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número, data de emissão, validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, código postal, localidade e número de telefone;

b) Certificado de habilitações literárias onde conste a média final do concurso;

c) Categoria a que se candidata, com identificação do respectivo concurso, mediante referência ao número do aviso de abertura;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito.

10.2 — Juntamente com o requerimento de admissão, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* devidamente datado e assinado;

b) Declaração emitida pelo respectivo serviço, comprovativa da categoria, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na administração pública, e especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa;

c) Documento comprovativo das classificações de serviço, quantificadas, dos últimos três anos.

10.3 — Os candidatos que sejam funcionários da Câmara Municipal de Matosinhos estão dispensados de apresentar os documentos que constam já dos seus processos individuais.

Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos — a lista de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista classificativa, serão afixadas em expositores no edifício dos Paços do Concelho.

11 — Igualdade de oportunidades — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*. 1000304704

CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO

Aviso

Concurso externo de ingresso — admissão a estágio de dois lugares de técnico superior de 2.ª classe

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho de 8 de Agosto de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o concurso externo de ingresso para admissão a estágio com vista ao provimento de dois lugares da carreira de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Montijo, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º, n.º 1 do artigo 28.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força do disposto no Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho:

Dois lugares de técnico superior 2.ª classe (engenharia zootécnica) — admissão a estágio.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, 238/99, 265/88, de 28 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — Prazo de validade — a lista ordenada válida para eventuais admissões que se revelem necessárias, durante um ano.

4 — Do total de número de lugares observar-se-á a reserva legal relativa a lugares para candidatos portadores de deficiência de acordo com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

5 — Remuneração base — durante o período de estágio é a correspondente ao escalão 1, índice 321, sendo após o provimento no lugar a correspondente ao escalão 1, índice 400, da respectiva categoria constante do anexo II ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, e demais legislação complementar.

6 — Local de trabalho — Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, estando este localizado na área do município do Montijo.

7 — Requisitos especiais de admissão (área de recrutamento) — de entre indivíduos habilitados com a adequada licenciatura (Engenharia Zootécnica), nos termos do disposto na alínea d) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 412-A/98.

8 — Conteúdo funcional — o descrito no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho (técnico superior).

9 — Requisitos gerais para admissão a concurso — os exigidos e constantes das alíneas a), b), c), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter idade não inferior a 18 anos;

c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

10 — Formalização de candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, através de requerimento de admissão dirigido à presidente da Câmara Municipal do Montijo, podendo ser remetido pelo correio, por carta registada com aviso de recepção, expedido para a Câmara Municipal do Montijo, Rua de Manuel Neves Nunes de Almeida, 2870-352 Montijo, ou mediante entrega pessoal na mesma morada.

11 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e arquivo de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, número de telefone, residência e código postal);

b) Habilitações literárias;

c) Identificação da referência do concurso e categoria a que se candidata, e indicação do número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura do concurso;

d) Quaisquer outros elementos que os concorrentes considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em consideração pelo júri, se devidamente comprovados.

12 — Os candidatos portadores de deficiência (incapacidade permanente igual ou superior a 60 %) abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo. Devem mencionar ainda, todos os elementos necessários ao cumprimento da adequação dos processos de selecção nas suas diferentes vertentes, às suas capacidades de comunicação/expressão.

13 — Os requerimentos de admissão devem ainda ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão (nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98), dos seguintes documentos:

Documento comprovativo das habilitações literárias, com indicação da respectiva classificação final de curso;

Curriculum vitae detalhado, devidamente datado e assinado bem como certificados ou outros documentos idóneos de prova dos elementos nele alegados.

14 — É dispensada, nesta fase, a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais exigidos para admissão a concurso